

ISSN: 1º Volume.
DOI: 10.5281/zenodo.7271994
<https://www.ceala.org/revista-ceps-primeira>

Recebido: 21/10/2022.
Aceito: 30/10/2022.
Publicado: 14/12/2022.

Como citar:
SAMPAIO, R. Uma agenda de desenvolvimento do Nordeste: Notas para reflexão. *R. CEPS, Pesq. Econ. e Soc.*, v. 1, n. 1, dez./mar., 2022.

Autora correspondente:
SAMPAIO, R. E-mail: dantasampaio@gmail.com

Uma agenda de desenvolvimento do Nordeste: Notas para reflexão

Reinaldo SAMPAIO¹

Vice-Presidente do Conselho Regional de Economia da Bahia (CORECON-Ba).

RESUMO

Neste artigo reúnem-se dados empíricos sobre a realidade territorial, climática, social e econômica da Região Nordeste do Brasil objetivando evidenciar a permanência das desigualdades regionais e sociais e o seu caráter secular irredutível, contrariando as afirmações falsificadoras da realidade a respeito do desenvolvimento regional. Em seguida, lança mão de conceitos econômicos, objetivando explicar o insuperável atraso socioeconômico da Região e a necessidade imperiosa de implementar estratégias de desenvolvimento já conhecidas, porém, nunca efetivamente aplicadas ao Nordeste. Por fim, propõe a ampliação do escopo de atuação, o fortalecimento orçamentário e a integração operacional das instituições regionais, amparadas em mecanismos constitucionais de "reciclagem de excedentes", como o caminho para a promoção do desenvolvimento, improvável de ser alcançado pela lógica das chamadas "forças do mercado".

Palavras-chave:
Desenvolvimento.
Nordeste.
Desigualdades.
Fluxos Essenciais.
Reciclagem de Excedentes.

RESUMEN

Este artículo reúne datos empíricos sobre la realidad territorial, climática, social y económica de la Región Nordeste de Brasil, con el objetivo de evidenciar la permanencia de las desigualdades regionales y sociales y su irreductible carácter secular, contradiciendo las falsas pretensiones de la realidad sobre el desarrollo regional. Luego, recurre a conceptos económicos, con el objetivo de explicar el insuperable atraso socioeconómico de la Región y la imperiosa necesidad de implementar estrategias de desarrollo ya conocidas, sin embargo, nunca efectivamente aplicadas en el Nordeste. Finalmente, propone ampliar el campo de acción, fortalecer la integración presupuestaria y operativa de las instituciones regionales, apoyadas en mecanismos constitucionales de "reciclaje de excedentes", como la forma de promover el desarrollo, difícilmente alcanzable por la lógica de las "fuerzas del mercado".

Palabras clave:
Desarrollo.
Noreste.
Desigualdades.
Flujos esenciales.
Reciclaje de Excedentes.

ABSTRACT

This article gathers empirical data on the territorial reality, climatic, social and economic reality of the Northeast Region of Brazil, aiming to highlight the permanence of regional and social inequalities and their irreducible secular character, contradicting the false claims of reality regarding regional development. Then, this article resorts to economic concepts, with the aim of explaining the insurmountable socioeconomic backwardness of the Region and the imperative need to implement development strategies already known, however, never effectively applied to the Northeast. Finally, it proposes to broaden the field of action, strengthening the budget and operational integration of regional institutions, supported by constitutional mechanisms for "recycling surpluses", as the way to promote development, unlikely to be achieved by the logic of so-called "market forces".

Keywords:
Development.
North East.
Inequalities.
Essential Flows.
Surplus Recycling.

1 APRESENTAÇÃO

Quando da organização do XXXI Encontro de Economistas do Nordeste ENE, envolvendo os Conselhos de Economia da Região o tema central foi o desenvolvimento regional, que, apesar da sua relevância e recorrente abordagem, ao longo do tempo não tem sido objeto de ações eficazes para sua materialização. Entretanto, sempre que as feridas das

desigualdades regionais e sociais ganham destaque, é comum o uso da expressão "retomada do desenvolvimento", quando a observação da realidade confirma que ele, o desenvolvimento, enquanto processo de transformação real da sociedade na direção de um estágio civilizatório superior, jamais existiu para o Nordeste.

¹ Economista, graduado pela Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia em 1978, com especialização em Economia Mineral pela UFMG/IBRAM em 1985. Empresário do segmento minero-industrial. Já atuou como Vice-Presidente da FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia (2008 a 2014); Coordenador do Comitê de Portos e do Conselho de Comércio Exterior da FIEB. Atualmente, é presidente da Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais (ABIROCHAS); Membro do Conselho Temático de Mineração da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Membro do Fórum Nacional da Indústria – Conselho Consultivo da CNI.

De fato, ocorreram ciclos de crescimento econômico que alteraram a composição orgânica do capital da economia regional, porém, em escala, complexidade e integração insuficientes para ocupar majoritariamente a força de trabalho regional, não se associou à estrutura produtiva pré-existente, e, como consequência, não alterou substantivamente a capacidade de demanda da sociedade, caracterizada por consumidores de baixa renda. Um crescimento desigual traz pouco efeito sobre a pobreza, quando essa pobreza é de largo espectro e grande profundidade, como ocorre no Nordeste. Como afirmava Celso Furtado, a dinâmica do crescimento econômico pode ser portadora de desigualdades.

De modo que o tema do desenvolvimento regional impõe um esforço de compreensão, cujo método é inspirado na observação de G. Myrdal, de que “é dever dos economistas confrontar os fatos da vida com as teorias (e os discursos dominantes- grifo meu), para formular uma concepção realista do processo econômico”, no caso do, Nordeste

Seguindo esse direcionamento, registra-se que a região Nordeste do Brasil ocupa uma área de 1,56 milhão de km², dos quais 1,03 milhão de Km², estão representados pelo semiárido. A região abriga uma população de 57 milhões de pessoas, das quais, 27,0 milhões vivem na parte semiárida abrangendo 1.176 municípios. De modo que a área do semiárido corresponde a 66% da região Nordeste e a sua população corresponde a 47% da população total.

O semiárido nordestino é um dos maiores e o mais populoso do mundo; por outro lado, segundo a EMBRAPA, apresenta o melhor índice pluviométrico dentre todas as regiões semiáridas, com precipitação de água das chuvas da ordem de 700 bilhões/ano; porém, dada a falta de infraestrutura de captação, somente 3,4%, ou seja, 24 bilhões de m³ são aproveitados (retidos para consumo humano e animal e para a produção).

Vale salientar que segundo o último Censo Agropecuário do IBGE, a região Nordeste possui cerca de 1,9 milhões de propriedades agrícolas classificadas como “agricultura familiar”, correspondendo a cerca de 50% do total de unidades existentes no país. Dessas, estima-se que cerca de 90% são consideradas desestruturadas, ou seja, a família não sobrevive do produto da unidade rural. A população ocupada nesse segmento, segundo o IBGE, está estimada em 4,7 milhões de pessoas, equivalendo a cerca de 73,8% do pessoal ocupado na agropecuária regional.

Por outro lado, estudos da Rede PENSSAN, que pesquisa sobre segurança alimentar e nutricional da sociedade, calcula a partir dos dados do IBGE, que 19 milhões de pessoas passam fome no Brasil e mais 36 milhões vivem em insegurança alimentar grave, totalizando 55 milhões de pessoas em extrema pobreza. Por outro lado, dados da Pesquisa Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, indicam que 43,5% da população do Nordeste se enquadra nessa situação. Ou seja, 24,8 milhões de nordestinos passam fome ou vivem em insegurança alimentar grave, o que é quase a mesma coisa.

Esse atraso secular fica evidenciado com um dado histórico datado de 1946, quando o ilustre médico, escritor, professor, cientista social e político pernambucano, Josué de Castro, autor de obras seminais sobre a fome no Brasil, afirmou em “Geografia da Fome” que, “metade da população brasileira

não dorme porque tem fome e a outra metade não dorme porque tem medo de quem está com fome”. O Brasil até reduziu essa marca cruel, porém o Nordeste quase não mudou, porque 43,5% da sua população atual não dorme porque não come ou não come o suficiente.

Nos últimos 70 anos, a participação do PIB do Nordeste no PIB nacional mantém-se oscilante entre 12,0 a 14,8% enquanto sua população corresponde a 27% da população nacional, apresentando um desequilíbrio extraordinário entre população/PIB. Os dados indicam que o crescimento do produto se manteve dentro da média nacional, fato confirmado pela quase invariabilidade da renda “per capita” da região que, também, há setenta anos, mantém-se estável e em torno da metade da renda per capita nacional; vale notar que o nível de concentração de riqueza na região se acentuou. Chama-se a atenção para o fato de que a renda “per capita” brasileira, no mesmo período, perdeu posição relativa frente às economias industrializadas e emergentes.

Observa-se, assim, que a configuração estrutural das desigualdades sociais do Nordeste se caracteriza por largo espectro e grande profundidade da pobreza. Como analisa o economista Pierre Salama em seu estudo “O Desafio das Desigualdades”, existe uma relação inversa entre o nível das desigualdades e a elasticidade da pobreza quanto ao PIB, exigindo, para a sua redução, um longo ciclo de altas taxas de crescimento econômico, associado a políticas públicas complementares orientadas para capacitação, educação, saúde e habitação; uma conjugação de realidades não conhecida pelo Brasil e ainda menos pelo Nordeste.

Uma longa série de outros indicadores que não cabem nessas “notas”, confirmam o caráter secular, permanente e irredutível da desigualdade regional e das gravíssimas desigualdades sociais que caracterizam a região; indicando que há uma interação viciosa e regressiva entre fatores econômicos, sociais (políticos) e institucionais que evidenciam um processo permanente de causalção circular cumulativa, como definido por Myrdal.

De modo que, as políticas ou ações objetivando o desenvolvimento devem ultrapassar os limites de alteração da matriz produtiva e incorporar a dimensão social e institucional, para que, conjugados, ajam de modo ascendente, como força propulsora do progresso econômico e social.

Como afirma Amartya Sen “a pobreza atua como fator de privação das capacidades básicas”, ela gera uma carência pessoal de oportunidades para realizar níveis mínimos de ação criativa e produtiva.

Dentre os fatores da produção de riquezas materiais e imateriais, o ser humano é o principal fator; a exclusão social é a mais perversa forma de esterilização das capacidades humanas ao tempo em que se torna a mais poderosa razão do atraso econômico e social. As políticas de proteção social, de oferta de educação e saúde pública, são imprescindíveis, porém, são insuficientes para atuar como “contratendência” a uma crescente desigualdade.

Os dados da realidade demonstram que as estratégias até aqui adotadas não funcionaram no sentido do progresso humano e do desenvolvimento; agravadas, tais estratégias, pela incapacidade endógena da região de gerar renda pública ou privada capaz de alterar a realidade de pobreza e exclusão. Como identificado por Celso Furtado (1961) “o

subdesenvolvimento é um problema estrutural da economia e da sociedade; sendo um fenômeno histórico, não é estacionário, manifestando-se na dinâmica mesmo do crescimento econômico que perpetua desigualdades internas e externas”.

Não haverá superação dessa realidade, se não houver uma “reciclagem de excedentes”, representados por parcela dos superávits gerados nas regiões mais ricas e fontes do Governo Federal, que garantam os fluxos essenciais para financiar as transformações que levam a região Nordeste a um novo estágio histórico que possa ser chamado de desenvolvimento.

De modo que uma agenda de desenvolvimento do Nordeste, deve estruturar-se sobre um arcabouço empírico-indutivo, a partir da observação da dinâmica da realidade do Nordeste, das engrenagens que perpetuam os desequilíbrios e as desigualdades internas e externas da região, para então lançar suas bases propositivas.

Desafios a serem superados:

- Inserir a Região Nordeste, com protagonismo, no circuito de reprodução do capital;
- Tornar produtivo o enorme contingente humano atualmente excluído das formas modernas de valorização do capital e que mais se distancia dessa possibilidade por força da intensificação tecnológica.
- Financiar os investimentos garantidores dos “fluxos essenciais” na definição do mestre Milton Santos: o fluxo da informação, da formação (a educação em toda a sua amplitude, inclusive e especialmente, a formação de uma base técnico-científica regional), das finanças e do transporte das pessoas, das máquinas, insumos e produtos, em condições modernas e competitivas;
- Por fim, e não menos importante, um plano de desenvolvimento científico e tecnológico envolvendo os centros de pesquisa públicos e privados da região.

As ideias desenvolvimentistas ou novo desenvolvimentistas, que inspiram essa corrente de pensamento no Brasil, se assentam sob o pressuposto da ação do Estado como indutor e garantidor do processo de desenvolvimento. Tais ideias, de forte vertente furtadiana, têm origem nos anos 1950/1960, alimentadas, de algum modo pelo otimismo do pós-guerra e do ambiente econômico internacional, guiado pelo espírito do “New Deal” que pode ser sintetizado nas palavras do presidente Roosevelt, de que “a saúde econômica de cada país é um importante motivo de preocupação para todos os seus vizinhos, próximos e distantes.” Era a época da reciclagem de excedentes das regiões superavitárias para as regiões deficitárias, trazida pelo “sistema de Bretton Woods” e que coincide com a fecunda fase considerada da esperança ou otimista de Celso Furtado, segundo Vera A. Cêpeda, em “Raízes do Pensamento Econômico de Celso Furtado”.

De certo, é que giramos em torno da ideia do Estado protagonista em um país subdesenvolvido quando as ideias desenvolvimentistas, independente da sua validade, não encontram eco nas vozes das lideranças que poderiam protagonizar uma economia política com essa orientação. Por sua vez, o estágio atual do capitalismo difere em muito da situação histórica daquela época. As etapas que se sucederam ao final dos chamados “anos dourados”, ou seja: a reestruturação neoliberal, a globalização e a financeirização da economia, aceleraram a oligopolização industrial e

financeira e a concentração de riqueza em nível planetário, trazendo como consequência a crescente exclusão social em nível global. Ao mesmo tempo, o Estado Nacional tornou-se vulnerável e em grande medida, subordinado aos ditames das ideias liberais dominantes emanadas do poder das corporações transnacionais, em especial daquelas que comandam o capital financeiro.

O caminho para o desenvolvimento parece não ser o mesmo, mas, não sendo pautado em transferências governamentais, subsídios financeiros e tributários às empresas, fortes investimentos públicos em infraestrutura, educação, saúde e habitação, como serão financiadas as “pré-condições para o arranco” em direção ao desenvolvimento ou à maturidade?

2 CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES

- A agenda deve focar ações e objetivos que sejam do interesse comum dos estados que compõem a região;
- Que sejam social e economicamente relevantes ou estruturantes para produzir efeitos significativos que alterem a realidade.

Nesse sentido, as ações devem contemplar os vetores potenciais de crescimento econômico, sustentabilidade e inclusão social como: turismo, energias renováveis, mineração e indústria, sistemas de educação e saúde públicas, além de pesquisa, desenvolvimento científico, tecnológico e inovação. É fundamental a oferta das infraestruturas essenciais (transporte, saneamento e telecomunicação) quanto apoiar aqueles vetores que, mergulhados no atraso, precisam ser modificados por serem determinantes para reverter as graves desigualdades sociais (a estratégia para o semiárido – a agricultura familiar, a “produção de água” e a pequena e média mineração).

No plano institucional deve-se:

- Aperfeiçoar/ampliar o papel da SUDENE;
- Aperfeiçoar/ampliar o papel do Banco do Nordeste;
- Aperfeiçoar/avaliar a destinação dos recursos do FNE fortalecendo a transformação da realidade e a promoção do progresso regional;
- Aperfeiçoar/ampliar o papel da EMBRAPA Semiárido – CPATSA, fortalecendo seu orçamento e sua dinâmica;
- Ampliar o financiamento ao investimento produtivo, à agricultura familiar (deslocando os recursos do FNE para fins conexos com a sua missão) e à pesquisa aplicada (nova estratégia e fortalecimento das fontes de financiamento para as ações focadas no semiárido).

3 CONCLUSÕES

O projeto nacional da Era Vargas orientava-se para a modernização da economia brasileira sob a perspectiva da disseminação da base industrial em nível nacional e o enfrentamento das desigualdades regionais, que deu origem à Instituições vocacionadas para esse enfrentamento como, o BNDE-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (atual BNDES), a PETROBRÁS, a SUDENE- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, o Banco do Nordeste e o ETENE, a Comissão do Vale do São Francisco, posteriormente SUVALE e atual CODEVASF, o Polo Petroquímico de Camaçari, planejadas e/ou conduzidas por economistas da maior grandeza, como Rômulo Almeida e Celso Furtado, dentre

outros importantes atores. Entretanto, esses esforços não foram suficientes para superar o relativo atraso econômico e a pobreza social da Região.

Em etapas posteriores, nada de excepcional foi criado com o mesmo propósito, podendo citar apenas o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), de fontes contingenciáveis, e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste; recursos absolutamente insuficientes para fazer frente a esses desafios.

A realidade evidencia a relação de poder, conflituosa e perversa, que está na origem das desigualdades sociais, tornando incerto o resultado dos esforços e das políticas econômicas que objetivam o desenvolvimento socioeconômico. Para modificar a realidade é preciso compreender o enigma que a criou e a alimenta e a adoção de uma nova Economia Política que a transforme.

Milton Santos, referindo-se ao desenvolvimento territorial, dizia ser o território uma "totalidade", porém, uma "totalidade menor, dentro de uma totalidade maior nacional e internacional". Nesse sentido, somente é possível promover o desenvolvimento do Nordeste, no contexto de um Plano Nacional de Desenvolvimento Regional lastreado por fundos constitucionais que reciclem excedentes em nível e tempo necessários à superação do atraso e das desigualdades.

A lógica do mercado não traz qualquer evidência empírica para satisfazer esse desafio.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Josué. **Geografia da fome** (O Dilema Brasileiro: Pão ou Aço). 8. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense., 1963.

CÊPEDA, V. Alves. **Raízes do pensamento político de Celso Furtado**: desenvolvimento e democracia. Artigo para a Assoc. Latino-Americana de Economistas. 2003.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

MYRDAL, Karl Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Uberaba: Saga, 1968. (Economic Theory and Under-Development Regions).

ROSTOW, W. Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Tradução Otávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. (**The Stages of Economic Growth** -A Non-Communist Manifesto).

SALAMA, Pierre. **O Desafio das desigualdades – América Latina/Ásia**: uma comparação econômica. Tradução: Wilson F. Menezes. São Paulo: Perspectiva, 2011. (Le Défi des Inégalités. Amérique Latine/Asie: Une comparaison économique).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, M. Adélia. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 19. ed. São Paulo: Record, 2001.

SEN, Amartya. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Development as Freedom)